



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 23079.038179/2019-88

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente pregão tem por objeto a implantação de sistema de registro de preços, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da UFRJ/PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA na ata de registro de preços, para aquisição parcelada, conforme necessidade, de materiais de consumo de uso comum para o Almoxarifado Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro conforme especificação detalhada constante no Título 3 deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Almoxarifado Central da Pró-Reitoria de Gestão e Governança, solicita abertura de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços.
- 2.2. A abertura deste processo licitatório objetiva, ainda, viabilizar o fornecimento de Itens previstos no PAC (Plano Anual de Contratações) para o ano de 2020 e as informações foram retiradas do PGC (Planejamento e Gerenciamento das Contratações) cujo preenchimento ocorreu, por parte das Unidades solicitantes, ao longo do exercício atual. Esta iniciativa tem como base, estabelecer a centralização as contratações no âmbito da UFRJ e está em consonância com os apontamentos dos órgãos de controle interno e externo que auditam esta IFES.
- 2.3. O Almoxarifado Central, dentre outras atribuições, é responsável por atender demandas de todas as unidades da UFRJ que se abastecem de nossos estoques incluindo Reitoria, Pró-Reitorias, Restaurantes Universitários, Escritório Técnico, Prefeitura Universitária dentre outros.
- 2.4. A aquisição/contratação dos materiais permitirá atender a Instituição com materiais de uso comum. A ausência dos materiais poderá ocasionar dificuldade na realização de trabalhos rotineiros que necessitem tais materiais. Os quantitativos previstos foram estimados com base no histórico de utilização de cada item, fornecido pelos demandantes através do PGC.



- 2.5. Demais Unidades da UFRJ, integrantes do SISG, farão adesão através da IRP (intensão de registro de preços), ação esta que será coordenada pela Coordenação de Licitações da PR-6, devendo o quantitativo informado estar de acordo com o quantitativo cadastrado no PCG da Unidade.
- 2.6. Visando atender à necessidade de maneira contínua e com quantitativos adequados ao volume de trabalho de cada unidade, solicitamos que seja realizado registro de preços dos itens licitados, com vigência para 12 (doze) meses.
- 2.7. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços encontra amparo no inciso I e IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, e se justifica pela necessidade de contratações frequentes, pela necessidade de entregas parceladas do objeto, pela necessidade de atendimento a diversas unidades da UFRJ e pela impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das Unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ORÇAMENTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Und	Qtd. Total	Valor Unitário – máximo estimado	Valor Total
1	Cartolina, material celulose vegetal, gramatura 180 g/m², comprimento 730 mm, largura 550 mm, cor branca	BR0233519	UND	950	R\$ 0,67	R\$ 636,50
2	Envelope, material papel kraft, gramatura 90 g/m², tipo sem timbre, comprimento 360 mm, cor branca, largura 260 mm	BR0459308	UND	43.150	R\$ 0,24	R\$ 10.356,00
3	Envelope, material papel off-set, gramatura 90 g/m², tipo sem timbre, comprimento 280 mm, cor branca, largura 200 mm	BR0311599	UND	10.200	R\$ 0,16	R\$ 1.632,00
4	Envelope, material papel off-set, gramatura 80 g/m², tipo sem timbre, comprimento 280 mm, cor parda, largura 200 mm	BR0447161	UND	6.800	R\$ 0,13	R\$ 884,00
5	Etiqueta adesiva, material papel, cor branca, largura 74,60mm , comprimento 128mm, aplicação impressora matricial, formato retangular, características	BR0294010	CX	409	R\$ 152,29	R\$ 62.286,61



	adicionais folha com 4 etiquetas auto-adesiva/formulário contínuo - cx. c/ 2000 etiquetas					
6	Papel A3, material papel alcalino, largura 297 mm, comprimento 420 mm, gramatura 75 g/m ² , resma.	BR0461863	PCT	1.736	R\$ 32,38	R\$ 56.211,68
7	Papel A4, material papel alcalino, gramatura 75 g/m ² , cor branca, pacote com 500 folhas, resma	BR0461828	PCT	49.090	R\$ 14,16	R\$ 695.114,40
8	Papel A4, material papel reciclado, gramatura 75 g/m ² , resma - (Tipo Chamex, Report ou similar com o mesmo padrão de qualidade).	BR0461756	PCT	3.420	R\$ 16,65	R\$ 56.943,00
9	Papel almaço, material celulose vegetal, gramatura 75 g/m ² , comprimento 310 mm, tipo com pauta e margem, pacote c/ 5 folhas	BR0203525	PCT	2.595	R\$ 0,40	R\$ 1.038,00
10	Papel higiênico folha dupla, Classe 01, na cor branca, alvura maior que 80%, índice de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/G, resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 N/M, quantidade de pintas igual ou menor que 20 MM2/M, tempo de absorção de água igual ou menor que 5 S (conforme Norma ABNT NBR 15464-2 e 15134), matéria prima 100% fibra vegetal, comprimento do rolo 30 mt (com tolerância de 2%), largura de 10 cm (com tolerância de 2%), diâmetro de até 12 cm, largura do tubete de 10 cm (com tolerância de 2%), diâmetro interno do tubete maior ou igual a 4 cm, acabamento gofrado, em relevo, picotado, neutro. Rotulagem contendo: com identificação da classe, marca, quantidade de rolos, aroma, metragem do papel, nome do fabricante e fantasia, CNPJ, e-mail, telefone do SAC, embalagem com boa visibilidade do produto. Produzido conforme NBR 15464-2 e 15134. A licitante vencedora deverá apresentar laudo microbiológico do fabricante na validade conforme portaria do ministério da saúde n.º 1.480 de 31/12/90 e laudo do IPT ou de outro laboratório credenciado pelo Inmetro, comprovando as especificações	BR0301139	FD	9.013	R\$ 52,27	R\$ 471.109,50



	técnicas de atendimento a norma ABNT 15464 e 15134. Fardo com 64 unidades.					
11	<p>Papel higiênico - folha simples, Classe 01, fragrância neutra, na cor branca, alvura maior que 80%, índice de maciez menor que 6 Nm/G, resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m, quantidade de furos menor que 100 mm²/m², quantidade de pintas menor que 200 mm²/m², tempo de absorção de água menor que 6 s, conforme norma ABNT NBR 15464-1 e 15134, características complementares: matéria prima 100% fibra vegetal, comprimento do rolo 30 m - com tolerância de 2%, com largura de 10 cm - com tolerância de 2%, diâmetro no Máximo 11,7 cm, largura do tubete 10 cm - com tolerância de 2%, diâmetro interno maior que 4 cm, formato gofrado, picotado, neutro. Rotulagem contendo: com identificação da classe, marca, quantidade de rolos, aroma, metragem do papel, nome do fabricante e fantasia, CNPJ, e-mail, telefone do SAC, embalagem com boa visibilidade do produto. Produzido conforme NBR 15464-1 e 15134. . A licitante vencedora deverá apresentar laudo microbiológico do fabricante na validade conforme portaria do ministério da saúde n.º 1.480 de 31/12/90 e laudo do IPT ou de outro laboratório credenciado pelo Inmetro, comprovando as especificações técnicas de atendimento a norma ABNT 15464 e 15134. Fardo com 64 unidades.</p>	BR0224639	FD	50	R\$ 27,15	R\$ 1.357,50



12	Papel higiênico folha simples, com as seguintes características: Classe 1, Gofrado, biodegradável, na cor branca, medindo 10 em x 300 m, gramatura de no mínimo 20,0 g/m2, composto de 100% de fibra vegetal; tubete medindo no máximo 6,0 em de diâmetro; deverá apresentar textura macia, homogênea, sem lacunas e sem enrugamento na extensão do rolo; não poderá esfarelar durante o uso; deverá ser enrolado de maneira uniforme e adequado ao tubo de papelão, resistente de modo a suportar sem deformação às condições de estocagem; rotulagem contendo: marca, quantidade de rolos; metragem do papel; nome do fabricante e fantasia, cnpj; e-mail, telefone do sac; embalagem com boa visibilidade do produto. Produzido conforme NBR 15464-10 e 15134. A licitante vencedora deverá apresentar laudo microbiológico do fabricante na validade conforme portaria do ministério da saúde n.º 1.480 de 31/12/90 e laudo do IPT ou de outro laboratório credenciado pelo Inmetro, comprovando as especificações técnicas de atendimento a norma ABNT 15464 e 15134. Fardo com 08 rolos.	BR0233648	FD	1.586	R\$ 23,88	R\$ 37.873,68
13	Papel kraft, material celulose vegetal, gramatura 110 g/m², comprimento 96 cm, largura 66 cm, cor natural/pardo, aplicação embalagens	BR0370163	FL	1.680	R\$ 0,53	R\$ 890,40
14	Papel ofício, material papel alcalino, comprimento 330 mm, largura 216 mm, gramatura 75 g/m², cor branca, tipo 2, resma –(Tipo ChameX, Xerox, Report, Copimax ou similar com o mesmo padrão de qualidade).	BR0461832	PCT	1.250	R\$ 19,17	R\$ 23.962,50
15	Toalha de papel simples interfolha - classe 01 (Norma ABNT 15464-7); quantidade de dobras 02; dimensão da folha 21 x 23 cm; c/ 1.000 fls. por pacote (os pacotes deverão ser compostos por 4 amarrados de 250 folhas ou 5 amarrados de 200 folhas cada, perfazendo o total de 1000	BR0319232	PCT	55.728	R\$ 17,21	R\$ 959.078,88



	folhas), na cor branca; conforme norma da ABNT NBR 15464-7, ABNT NBR 15134, ABNT NBR ISO 12625-8 e ABNT NBR NM-ISO 2470; Características complementares: matéria prima 100% celulose virgem oriunda de reflorestamento; rotulagem contendo: identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha.					
16	Gel antisséptico para higienização de mãos, tipo cristal, composição à base de álcool etílico 70%, água desmineralizada, com agentes hidratantes e desidratantes, acondicionado em frasco plástico transparente de alta resistência com no mínimo 430 ml, bico de pressão em plástico no lado superior do frasco	BR 269943	UND	26.171	R\$ 19,99	R\$ 523.158,29
						R\$ 2.902.532,94

3.1. Estimativa de Consumo do órgão Gerenciador - UASG 153115 e das unidades participantes.

ITEM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Qtd. UASG 153115	100	10.850	3.350	2.000	103	455	8.430	195	15	2.528	40	52	185	160	4.168	2.200
Qtd. UASG 153152	600	800	500	800	50	6	24.000	-	-	5.000	-	-	1.200	-	45.000	8.000
Qtd. UASG 153145	100	1.000	1.000	1.000	2	250	3.000	2.500	500	250	-	320	10	220	600	300
Qtd. UASG 250105	100	10.850	3.350	2.000	103	455	8.430	195	15	-	-	-	185	160	-	-
Qtd. UASG 250061	-	16.000	-	-	145	520	2.600	-	-	-	-	-	-	-	-	2.300



Qtd. UASG 158229	-	1.250	1.000	-	-	-	500	500	50	5	-	200	-	-	500	800
Qtd. UASG 153119	-	100	-	-	-	-	-	-	-	600	-	-	-	600	500	-
Qtd. UASG 153135	-	500	-	-	-	-	100	30	2.000	10	10	-	-	-	400	150
Qtd. UASG 158240	-	800	-	-	-	-	-	-	15	20	-	-	-	-	20	-
Qtd. UASG 152737	-	-	-	-	2	-	1.000	-	-	250	-	-	-	-	500	1.000
Qtd. UASG 153139	-	-	-	-	-	-	100	-	-	10	-	-	-	-	40	-
Qtd. UASG 153128	-	-	-	-	-	-	130	-	-	40	-	360	-	-	1.500	1.000
Qtd. UASG 158222	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	-	-
Qtd. UASG 153132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350	-	60	500	500
Qtd. UASG 153162	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200	-	-	1.000	1.000
Qtd. UASG 153124	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200



Qtd. UASG 153125	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200
Qtd. UASG 153126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Qtd. UASG 153129	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000
Qtd. UASG 153147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
Qtd. UASG 153148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200
Qtd. UASG 153157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230
Qtd. UASG 153158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500
Qtd. UASG 153490	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200
Qtd. UASG 158221	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	240
Qtd. UASG 160334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000
Qtd. UASG 764200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500



Qtd. UASG 153137	50	1.000	1.000	1.000	4	50	800	-	-	300	-	52	100	50	1.000	500
Qtd. UASG 153140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
Qtd. UASG 153151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000
Qtd. TOTAL	950	43.150	10.200	6.800	409	1.736	49.090	3.420	2.595	9.013	50	1.586	1.680	1.250	55.728	26.171

3.1.1. Os itens devem ser de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.1.2. Os códigos e descrições do "CATMAT", constantes do "SIASG", citados pelo "Comprasnet" podem eventualmente divergir da descrição dos itens licitados quanto às especificações e outras características. Havendo divergências quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência;

3.1.3. O quantitativo mínimo para entrega será de 20% (vinte por cento) do quantitativo total.

3.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PARA OS ITENS DE 1 A 15

3.2.1. Na presente contratação, serão exigidos os seguintes parâmetros de sustentabilidade: Em casos de materiais, os mesmos devem ser constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT (15448-1 e 15548-2); os materiais deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte



e o armazenamento; tal verificação se dará no momento do recebimento do material.

3.2.2. Para materiais de expediente:

3.2.2.1. papel confeccionado com madeira de origem legal, com a apresentação do DOF12, preferencialmente reciclado. O fabricante ou o fornecedor deverá apresentar declaração que ateste o cumprimento da exigência quanto à origem legal da madeira; a declaração será dispensada quando o papel possuir o certificado CERFLOR13 ou FSC14;

3.2.2.2. itens derivados do papel (envelopes, pastas classificadoras, agendas, cartões de visita etc.) preferencialmente reciclados;

3.2.2.3. envelopes reutilizáveis, preferencialmente de papel reciclado;

3.2.2.4. itens constituídos em todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis;

3.2.2.5. lápis fabricados com madeira de origem legal, ou feito com material reciclado

3.2.3. Juntamente com a proposta, caso a licitante seja a fabricante do produto ofertado, deverá apresentar registro regular no CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - IBAMA, exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-2; caso contrário deverá apresentar o CTF/APP do fabricante do papel que forneceu ou fornecerá a ela (licitante) para corte, embalagem e comercialização, ou apenas para comercialização.

3.2.4. Apresentar amostra de uma embalagem, resma, fardo ou folha, quando solicitado, para conferência das especificações.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os materiais a serem adquiridos através deste certame são considerados bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por este termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.



5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da nota de empenho, em remessa parcelada, nos seguintes endereços:

5.1.1. **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UASG 153115):** Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº Cidade Universitária Ilha do Fundão, Rio de Janeiro RJ - Almoxarifado Central.

5.1.2. **Hospital Universitário da UFRJ (UASG 153152):** Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255, Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.941-913 – Serviço de Almoxarifado – Subsolo- horário de entrega: das 7:00h às 15:00h, em dias úteis;

5.1.3. **Instituto de Biofísica da UFRJ (UASG 153145):** Rodovia Washington Luis km 104,5 (Sentido Centro RJ) – Santa Cruz da Serra – Duque de Caxias – RJ – CEP 25.265-970 – Setor: Almoxarifado.

5.1.4. **Hospital da Lagoa (UASG 250105):** Rua Jardim Botânico, nº 501 – CEP: 22470-050 – Serviço de Almoxarifado – Subsolo.

5.1.5. **Hospital dos Servidores do Estado-Gestão (UASG 250061):** Rua Sacadura Cabral, nº 178 – Saúde- CEP 20221-903 – Serviço de Almoxarifado.

5.1.6. **Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ (UASG 158229):** Avenida Carlos Chagas Filho, nº 373, Interbloco D-E, Prédio do Centro de Ciências da Saúde- Ilha do Fundão – CEP 21941-902.

5.1.7. **Prefeitura da Universidade da UFRJ (UASG 153119):** Praça Jorge Machado Moreira, nº 100, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro – RJ – CEP 21.941-598.

5.1.8. **Instituto de Economia Industrial da UFRJ (UASG 153135):** Av. Pasteur, nº 250, Sala 124 (Instituto de Economia da UFRJ – Campus Praia Vermelha) - Urca, Rio de Janeiro/RJ.

5.1.9. **Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos /UFRJ (UASG 158240):** Avenida Pasteur, 250, edifício anexo do CFCH, 3o andar, Campus Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro/RJ.



- 5.1.10. **Campus Macaé Universidade Federal do RJ (UASG 152737):** Rua Aluísio da Silva Gomes, 50, Granja dos Cavaleiros, Macaé/RJ – Setor de Almoxarifado.
- 5.1.11. **MEC-Faculdade de Odontologia da UFRJ (UASG 153139):** Rua. Professor Rodolpho Paulo Rocco, 325, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.941-617.
- 5.1.12. **MEC – Decanato Centro de Filosofia e Ciências Humanas UFRJ (UASG 153128):** Avenida Pasteur, 250 – Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22.290-240- Serviço de Almoxarifado.
- 5.1.13. **Escola de Comunicação da UFRJ (UASG 158222):** Avenida Pasteur, 250 – Urca – CEP 22.290-240 – Palácio Universitário – Almoxarifado da Escola da Comunicação, Rio de Janeiro/RJ.
- 5.1.14. **Decanato Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (UASG 153132):** Avenida Pasteur, 250 – Palácio Universitário – Campus da Praia Vermelha – Urca/RJ.
- 5.1.14.1. **Instituto COPPEAD (UASG 153132):** Rua Pascoal Lemme, 355 – Cidade Universitária – RJ;
- 5.1.14.2. **IPPUR (UASG 153132):** Avenida Horácio Macedo, 2151 Prédio da Faculdade de Letras – Sala João do Rio (térreo) – Cidade Universitária – RJ;
- 5.1.15. **Museu Nacional da UFRJ (UASG 153162):** Parque Quinta da Boa Vista, S/N, Anexo ao Palácio – São Cristóvão – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20940-040 – Almoxarifado do Museu Nacional da UFRJ – Telefone: 2254-4320, entre 09:00 e 16:00h, nos dias úteis
- 5.1.16. **Instituto de Geociências da UFRJ (UASG 153124):** Avenida Athos da Silveira Ramos, 274 – Bloco F – Cidade Universitária– Ilha do Fundão – Rio de Janeiro– RJ – CEP 21.941-916 -Almoxarifado do Instituto de Geociências no corredor F1.
- 5.1.17. **Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (UASG 153125):** Av. Athos da Silveira Ramos, 274, Prédio do CCMN, Bloco C, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro-RJ - Almoxarifado do NCE.
- 5.1.18. **Observatório de Valongo da UFRJ (UASG 153126):** Ladeira do Pedro Antônio, 43 - Saúde, Rio de Janeiro /RJ – Brasil – CEP 20.080-090 – Almoxarifado do Observatório do Valongo.



- 5.1.19. **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais UFRJ (UASG 153129):** Largo São Francisco de Paula, nº 01, sala 125 – Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20051-070- Almojarifado - segunda a sexta feira, de 9:00 às 16:00 hs - Telefone: 3938-0393.
- 5.1.20. **Instituto de Ginecologia da UFRJ (UASG 153147):** Rua Moncorvo Filho, nº 90 – Centro- Rio de Janeiro/RJ - Farmácia do instituto de Ginecologia.
- 5.1.21. **Instituto de Neurologia Deolindo Couto da UFRJ (UASG 153148):** Avenida Venceslau Brás, 95 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ (Campus Praia Vermelha/UFRJ).
- 5.1.22. **Decanato do Centro de Tecnologia da UFRJ (UASG 153157):** Avenida Athos da Silveira Ramos, 149 – CEP: 21941-909 – Bloco A, térreo – Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ – Almojarifado do Decanato do Centro de Tecnologia/UFRJ.
- 5.1.23. **Escola de Engenharia da UFRJ (UASG 153158):** Av. Horácio de Macedo, 2030. Edifício do Centro de Tecnologia, bloco A - 1º andar - Cidade Universitária Ilha do Fundão, Rio de Janeiro RJ - Almojarifado da escola Politécnica.
- 5.1.24. **Faculdade de Letras UFRJ (UASG 153490):** Avenida Horácio Macedo, 2151, sala D-121 (Almojarifado) - Cidade Universitária - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21941-917.
- 5.1.25. **Escola de Serviço Social da UFRJ (UASG 158221):** Av. Pasteur, 250 fundos, prédio Escola de Serviço Social / Campus UFRJ Praia Vermelha - Rio de Janeiro / RJ CEP 22290240.
- 5.1.26. **Policlínica Militar do Rio de Janeiro (UASG 160334):** Rua Moncorvo Filho nº 34, Centro, Rio de Janeiro/RJ – Almojarifado.
- 5.1.27. **Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha (UASG 764200):** Praça Barão de Ladário S/N – Ed. Alte. Tamandaré – 2º Andar – Centro – CEP 20091-000- Rio de Janeiro/RJ, das 09:00 as 11:00 e das 13:45 as 15:30 – Telefone: 2104-6387.
- 5.1.28. **Decanato Centro de Ciências da Saúde UFRJ (UASG 153137):** Rua César Pernetta, s/nº Cidade Universitária Ilha do Fundão, Rio de Janeiro RJ – Centro de Ciências da Saúde/Bloco N.
- 5.1.29. **Faculdade de Farmácia da UFRJ (UASG 153140):** Avenida Carlos Chagas Filho, n 373, Edifício do CCS, Bloco K, Sala nº 40 anexo, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ – Almojarifado Faculdade de Farmácia.



5.1.30. **Instituto de Doenças do Tórax da UFRJ:** Rua Professor Rodolpho Paulo Rocco, nº 255, prédio do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, 6º andar, Cidade Universitária, Rio de Janeiro. Telefone (21) 3938-2197 e 3938-2532.

5.2. A compra será parcelada em quantas vezes forem necessárias, obedecidos os limites mínimos estabelecidos no presente instrumento, devido à necessidade de adequação dos ambientes e dos cadastramentos necessários, ambos em andamento.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07(sete) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20(vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia modelo, procedência e prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (tinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;



12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

12.3.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro _____ de _____ de 2020.
